



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

Judcely Nytyeska de Macedo Oliveira Silva¹

Universidade Federal De Campina Grande – UFCG – Cuité, Paraíba.

E-mail: ufcg.juudy@gmail.com

Mônica Soares da Silva²

Universidade Federal De Campina Grande – UFCG – Cuité, Paraíba.

E-mail: monicasoaresvsjr@gmail.com

Renato Cristiano Lima Barreto³

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG- Cuité, Paraíba.

E-mail: limabarretoufcg@hotmail.com

Resumo

Este artigo vem explicitar as principais ideias e expressões sobre as análises e discussões dos dados coletados nas Escolas Estaduais das respectivas cidades: Baraúna, Cuité, Nova Floresta, Picuí e Sossego, localizadas no Curimataú e Seridó paraibano, com o objetivo de mostrar se as mesmas implementam a educação inclusiva e quais são as adaptações adequadas para que a educação inclusiva funcione. Os envolvidos na pesquisa foram os diretores e educadores em geral. Desta forma, optou-se pela utilização de questionários aplicados aos educadores e entrevistas com os diretores de cada escola. Os questionários continham seis questões abertas. A pesquisa mostrou que a grande dificuldade para incluir alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento está ligada a estrutura familiar, a falta de preparo dos professores e problemas na estrutura física das escolas. Apesar de algumas escolas possuírem salas de atendimento especializado, as mesmas não tinham estrutura física adequada para oferecer um suporte satisfatório. Por fim, foi possível concluir que dentre as fragilidades das escolas, que fizeram parte de nossa amostra, no que diz respeito ao atendimento aos alunos/as que convivem com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, estão: salas de atendimento especializado com estrutura inadequada; dificuldade de implementação de leis que dão suporte aos discentes, que convivem com necessidades especiais, dificultando o ingresso bem como a permanência no ambiente escolar.

Palavras- chave: Inclusão escolar, leis, acessibilidade escolar.

¹ Aluna do curso de licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cuité - PB.

² Aluna do curso de licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cuité - PB.

³ Professor orientador, especialista em Educação de Jovens e Adultos pela UFCG, Campus de Cuité – PB. (83) 3322.3222



Introdução

Sabemos que os seres humanos são diferentes, cada um tem seus próprios gostos, interesses, carências, capacidades, limitações. Todos os indivíduos se diferenciam pelos seus valores, atitudes, capacidades, destrezas, práticas, hábitos, mas todo o ser humano tem direito à educação, sendo ela um procedimento de aprendizagem e de transformação para o aluno. O presente artigo foi realizado nas Instituições: Escola Estadual de Ensino Fundamental Severino Pereira Gomes, localizada na cidade de Baraúna-PB; Escola Estadual de Ensino Fundamental Benedito Marinho da Costa, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Roderick, Escola Estadual de Ensino Fundamental Deputado José Pereira, localizadas na cidade de Nova Floresta-PB; Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria das Neves Lira de Carvalho, Escola Estadual de Ensino Fundamental André Vidal de Negreiros, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos, localizadas na cidade de Cuité-PB; Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Vitoriano de Medeiros, Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Luiza de Oliveira Melo, localizadas na cidade de Sossego-PB; Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Lordão, Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe Thiago Gomes, localizadas na cidade de Picuí-PB. A opção por esta temática tornou-se pertinente dado que atualmente, sob o ponto da educação inclusiva e de acordo com Correia (2008, p. 79) “Os docentes e técnicos de educação têm como missão ensinar e educar todos os alunos, respeitando-os e compreendendo-os de forma a melhorar o seu desenvolvimento”.

O tema Educação Inclusiva envolve as escolas estaduais dos municípios do Curimataú e Seridó paraibano. Ele é importante, pois proporciona ações acerca das interações sociais, do desenvolvimento da criança, do estímulo à aprendizagem e formação de uma sociedade (atual) ativa e solidária. Os benefícios das práticas de inclusão social na diversidade cultural têm como intuito mostrar que o “aprender juntos” modifica e molda os hábitos, e auxilia a construção da autoestima dos alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento desde seus anos iniciais na escola. As experiências prazerosas da diversidade cultural ou inclusão são formas de orientar e promover as interações de tal modo que nos instiga a explorar cada vez mais essa nova e bem-sucedida forma de aprendizagem,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

uma vez que aparecem enquadradas temporalmente após um período de quase duas décadas da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), e que segundo Martins (2005, p. 10):

Propõe-se uma sensibilidade da sociedade para esta nova visão de inclusão, o que aponta a necessidade de continuamente ponderarmos sobre as atitudes da sociedade em geral e dos profissionais da educação em particular, e conjuntamente reconhecer sucessos e fracassos nas medidas promovidas para oferecer igualdade de direitos a todos, neste caso, das crianças com necessidades educativas especiais.

Nesse sentido, cabe discutir de que forma se encontram as pessoas com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento no ambiente escolar. Inicialmente foi realizado um levantamento sobre a literatura e legislação que tratam sobre a educação inclusiva. Neste trabalho, a caracterização das escolas foi realizada recorrendo à direção que nos facultou todo o material necessário para tal empreendimento. Coletamos informações junto ao corpo docente sobre o processo de inclusão nas escolas supracitadas, bem como as opiniões e sentimentos sobre a inclusão de crianças que convivem com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento em turmas regulares.

Metodologia

O universo da nossa pesquisa contou com um número de onze escolas estaduais das cidades: Baraúna, Cuité, Nova Floresta, Picuí e Sossego, localizadas no Curimataú e Seridó paraibano. Porém, uma das escolas se recusou a participar da coleta de dados, tendo como desculpa a falta de tempo por parte dos professores. O foco da nossa coleta foram os educadores e os gestores de cada escola. Para coletar os dados aplicamos questionários com os professores, entrevistas com os diretores e ainda um registro fotográfico no qual analisamos a estrutura física das escolas. Os questionários possuíam seis questões abertas sobre o tema; as entrevistas também possuíam seis questões, mas de acordo com a estrutura da escola novos questionamentos iam surgindo. As questões buscavam saber sobre o conhecimento das leis como as da LBD (Leis de Diretrizes da Educação Básica); as leis aprovadas pelo Estatuto da Assembleia Legislativa do Governo do Estado da Paraíba; o MEC



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(Ministério da Educação e Cultura) entre outros que dão assistência às pessoas com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento. Assim como, se a estrutura física estava adequada, se os mesmos eram incluídos em salas de aulas de ensino regular e se os professores estavam preparados para atender esses alunos em salas de aula.

As entrevistas foram realizadas na frente da equipe pesquisadora não permitindo qualquer tipo de consulta ou intervenção, já que, queríamos observar o conhecimento exato dos participantes. No segundo momento, buscamos analisar as escolas nos quesitos: estrutura, acessibilidade, conforto, diversidade e preconceito, vendo se esses eram adequados para atender pessoas com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento. Porém, com a análise dos dados observamos que há necessidade de atenção na estrutura física das escolas pesquisadas e que os educadores devem ter um treinamento que ajude a melhorar a educação desse público. A contagem dos dados foi realizada de maneira quantitativa e sigilosa preservando a identidade dos entrevistados.

Resultados e discussões

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida, no segundo semestre de 2015, nas Escolas do Curimataú e Seridó paraibano com objetivo de verificar como está sendo tratada a educação inclusiva dentro das instituições de ensino. Sendo assim, a proposta da pesquisa está focada na maneira como os alunos são tratados dentro das salas de aulas, se os mesmos estão frequentando salas de aula de ensino regular, entre outros pontos. Para análise da estrutura física foi realizado um registro fotográfico onde ficariam evidentes as condições que as estruturas das escolas se encontravam, foram realizadas entrevistas com os diretores e questionários aplicados aos professores. Segue abaixo a tabela com amostras dos dados coletados:

Tabela1. Distribuição das Escolas, Professores e Diretores entrevistados por Municípios.

Municípios	Escolas	Professores	Diretores entrevistados
Baraúna- PB	E.E. E. F. Severino Pereira Gomes.	10	SIM
Cuité- PB	E. E.E. F. Maria das Neves Lira de Carvalho.	3	SIM



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

	E. E. E.F. André Vidal de Negreiros.	13	SIM
	E. E. E. Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos.	5	NÃO
Nova Floresta- PB	Escola E. E.F. Benedito Marinho da Costa.	6	SIM
	E.E. E. Fundamental e Médio José Roderick.	5	NÃO
	E.E. E.F. Deputado José Pereira.	2	SIM
Picuí- PB	E.E.E.F. Professor Lordão.	7	SIM
	E. E. E. F. Felipe Thiago Gomes	7	SIM
Sossego- PB	E. E.E. Fundamental e Médio Jose Vitoriano de Medeiros.	7	SIM
	E.E. E.F. Professora Luiza de Oliveira Melo.	1	SIM
Total de professores: 66			

Fonte: Próprio autor, 2015.

No decorrer da execução da pesquisa nos deparamos com escolas estruturadas, que tinham salas de atendimento especializado, psicólogos, alunos incluídos em salas de ensino regular, como foi o caso da escola D onde a diretora revela que “Então não são, não são diferenciados. Agora eles têm o apoio da AEE que é a sala de Assistência Especial Educando, alguma coisa assim”. Incluir discentes que convivem com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento dentro das salas de ensino regular, além de estar previsto na lei, é uma maneira de ajudar os alunos a aprenderem lidar com suas próprias deficiências, já que eles receberão conhecimento da mesma forma que os outros alunos, e esta realidade não é diferente em outras escolas. Na escola F por exemplo, o diretor relata: “Eles são cem por cento incluídos nas salas regulares”, não podemos negar também que existe um grande déficit



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

com relação a estrutura física, que é o caso da escola B, pois ao observarmos o local, percebemos que não possuem rampas que facilitam a locomoção, banheiros adequados, entre outras dificuldades. Desta maneira, observamos que as dificuldades, ligadas ao ingresso dos diversos públicos estudantis, não estão relacionadas apenas as dificuldades encontradas dentro da sala de aula, existe também o fator acessibilidade que prejudica muitos estudantes.

A sugestão da educação inclusiva nas escolas deve acontecer em concordância e união dos pais, professores e de diretores, pois todos os alunos devem ter uma educação e escola de boa qualidade. Beltrame e Ribeiro (2004, p.19), citam Rodrigues (2001), “é possível afirmar que a forma mais segura de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver o conhecimento sobre a diversidade dos alunos e as competências para ensiná-los”. Visto isso, o seguinte dado analisado da entrevistada da **escola D** que diz:

Existem alunos matriculados no ano letivo com necessidades especiais, eles tem, eles não tem diferenciados por que estão dentro das salas regulares. [...] na ausência dessa professora da tarde tem pais e mães que chamam, elas dizem "Ai me Deus! Ela não vem mais? Por que era tão bom, mu menino estava se desenvolvendo.

Dito isso, ao nosso olhar os diretores das escolas ou os próprios alunos não devem esperar que os professores se preparem para receber os discentes que necessitam de um atendimento especializado, pois essa preparação deve acontecer gradativamente, visto que, a inclusão é um processo que requer a participação desses públicos na criação de um ambiente escolar que seja realmente adequado. Verificamos na escola H com o mesmo objetivo de saber se os alunos são incluídos, a entrevistada relata “[...] a gente busca que os professores tenha um tratamento especial, só que em sala de 30 alunos é complicado, acaba que inibindo o aluno a também. Então, tem que ter todo esse cuidado”. Mesmo com essa dificuldade, os alunos são incluídos e a escola disponibiliza psicólogo para esse público, afinal a inclusão desses alunos no ensino regular é uma trilha de constantes desafios, pois está se tentando fazer a inclusão num sistema que foi prioritariamente excludente por décadas. Assim, não é algo tão fácil, mas que pouco a pouco através de esforço e políticas públicas se conseguirá alterar o nosso cenário para uma educação mais justa.

Durante a pesquisa, buscamos descobrir qual a capacitação que os professores têm para se trabalhar com estudantes que convivem com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, se a escola oferece cursos preparatórios para eles, e a realidade que encontramos na escola foi que não há nenhuma instrução para eles, como revela o diretor da **escola A**, que mesmo sabendo que a lei exige que os professores estejam preparados, a escola não oferece isso para os mesmos: “não,[...] as leis elas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dizem que devem se existir um pa... padrão, um tratamento especial onde o professor deve ser qualificado[...]". Ao analisarmos as entrevistas, observamos que as Escolas D e J estão por dentro das leis aplicadas nas entrevistas, a LDB e as Leis aprovadas pelo Instituto da Assembleia Legislativa do Governo do Estado da Paraíba entre elas existem algumas que defendem e dão direito a pessoas com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, visto isso, encontramos relatos nas escolas que comprovam isso, alguns dos profissionais da escola D relatam que: "Bom! tanto a LDB quanto diretrizes no caso as diretrizes estaduais ajudem para um bom funcionamento das escolas, solicitando que as escolas estejam preparadas ou se adaptem para receber alunos que tenham alguma necessidade especial (...)".

A Lei n. 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 59, determina que os sistemas de ensino assegurem aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades, bem como terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências (MELETTI, 2010, p.2).

Então, a partir da lei citada acima, a educação especial torna-se uma forma de ensino, revelando que a realidade de ensino especial deveria ser modificada, pois não devemos criar uma escola apenas para alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, mas sim um professor especializado para dentro da escola de ensino regular.

A inclusão de alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento no sistema regular de ensino está baseada nessa perspectiva de educação para todos, perante isso, foram analisadas as estruturas das escolas, observando se as mesmas estavam adequadas para receber qualquer público estudantil, e se são atendidas as necessidades educacionais da criança especial, levando em consideração as pesquisas realizadas na escola B onde o professor relata: "[...] como podemos receber um cadeirante aqui? Não tem como", pois a estrutura da escola não possui nenhum tipo de acessibilidade e nem salas de recursos, muito menos professores especializados, e isso causa uma obstrução na inserção dos alunos com necessidades educativas especiais o que realmente é lamentável nessa escola. Porém, destacamos a escola D que apesar de ter sua estrutura física defasada, possui sala de recursos e cuidadores para esse público, segundo a diretora na sala de recursos tem duas professoras que não tem capacitação, mas faziam seu trabalho adequado, e relata que "[...] e muitas vezes você ver a escola que você entrou na sala é bonitinha e tudo...", mas a mesma não disponibiliza corrimão e nem rampas.

Nas escolas A e J os conhecimentos científicos dos entrevistados revelam que as escolas são capazes de incluir, pois as mesmas têm suas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

estruturas com acessibilidade, mas não disponibilizam de salas de recursos, nem cuidadores para esse público, sabendo disso é necessário a mudança de práticas escolares, permitindo o acesso de alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, mas antes de tudo, buscando garantir sua permanência nos espaços regulares de ensino. As dificuldades no processo de inclusão formam uma rede de situações que vão influenciando umas às outras, diante disso, na escola F onde o diretor relata “[...] existem programas do governo, nossas escolas foram contempladas com 16 mil reais para promover a acessibilidade na escola, fizemos. Dois anos depois escola fez a reforma e destruiu”. Visto que, a escola para ser inclusiva e conseguir concretizar as metas a que se propõe, necessita de modificações, de modo a romper com uma série de fatores, o mesmo ainda relata que “[...] infelizmente tirou uma parte que já era, que pode ser modificada depois e quanto a sala de recursos nós tínhamos uma sala adequada, tínhamos uma muito pequena, mas depois da reforma...”. Diante disso, foi mostrado que a escola foi significativa nas mudanças para educação desse público, pois a mesma, ainda, se encontra em reforma, onde está sendo construída uma nova sala de recursos, porque é necessária uma educação de qualidade em que os professores, gestores e alunos possam usufruir de uma Educação Especial de boa qualidade.

Com a pesquisa, buscamos fazer um levantamento sobre o conhecimento dos participantes com relação a algumas leis como por exemplo: LDB e ao MEC, questionou-se os professores e diretores acerca dos seus conhecimentos sobre as leis, se eles as apoiavam, enfim o seu real ponto de vista sobre isso, no levantamento de dados obtivemos as seguintes respostas, professor I, “ conheço apenas a LDB, e concordo plenamente com a inclusão dos alunos especiais [...]”. Para o professor II, existem também falhas na lei, na maneira como ela está sendo colocada em prática, ele diz: “as leis realmente são de suma importância[...], mas como educadora, percebo [...] professores despreparados, não temos estruturas físicas, psicológica e nem tão pouco somos capacitados para enfrentar essa nova realidade que é a inclusão”.

A falta de preparo dos professores para trabalhar com esses alunos é a realidade de todas as escolas, já que eles chegam ao início do ano letivo sem saber com que público estudantil irão se deparar, e como não existe um auxílio para os mesmos para que eles consigam atender as dificuldades de todos os alunos, acabam que eles não conseguem suprir as necessidades da turma. Questionamos os professores e as respostas não se distanciaram uma das outras. O professor III: “não existe”, o professor IV: “ não existe, o estado é omissor quanto a isso”, o professor V: “participamos de alguns cursos mas não é suficiente”. Através da observação e análise dessas respostas, percebemos a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

precariedade que ainda existe na educação inclusiva, como incluir estes alunos dentro das salas de aula, e se eles não iriam ter o apoio necessário. Logo, falta a Escola e o Estado tornarem os professores capacitados para realizarem suas funções adequadamente.

Além da defasagem que existe no ensino, ainda, nos deparamos com escolas que são inacessíveis para alguns alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, por isso, faz-se necessário que sejam melhorados não apenas as práticas docentes, mas também a parte estrutural. Os alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, hoje, são amplamente incluídos nas atividades escolares não havendo qualquer diferenciação entre eles, os professores: VI, VII e VIII afirmam que os alunos são tratados de maneira igualitária. Tratar os alunos desta maneira é uma forma de lutar contra o preconceito, pois fragilizar estes alunos poderia contribuir para que começassem a surgir comentários maldosos. A diferença encontrada entre eles está ligada apenas a questão da avaliação como fala o professor IX: “diferenciamos apenas a avaliação”.

Apesar da diretora da escola C não ter participado da coleta dos dados, o professor X nos revela que: “existe aluno especial, ele está matriculado[...], porém não somos capacitados e nem a escola oferece recursos”, com isso, o professor nos revela que não há capacitação para trabalhar com esse público estudantil.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar onze escolas estaduais do Seridó e Curimataú paraibano, que têm demonstrado a produção do conhecimento e vêm discutindo a temática da inclusão de pessoas que convivem com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento no ambiente escolar. Tentando incluir todos os alunos de forma equânime. Para isso, analisamos as respostas tanto dos questionários como das entrevistas, e chegamos a algumas considerações. O nosso olhar durante a análise focou-se em como as escolas mostradas tratam a inclusão, se existe acessibilidade e se os professores estão preparados para ter em sala de aula uma diversidade em relação ao público estudantil, seja ele com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento ou não, orientando para a realidade e a necessidade da contribuição deles para a melhoria dessa realidade.

A inclusão escolar precisa ser cuidada, com permanência em sala de aula, pelo corpo de educação escolar igualmente para todos os alunos. Dito isso, tanto os professores, como a diretoria, a sociedade e os familiares tem a função de induzir a ação e a reação, definindo propostas na busca da resolução e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

compreensão dos resultados, estimulando o aprender desse público de pessoas que convivem com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

Como resultado da pesquisa, encontramos escolas que não possuem estrutura física adequada para realizar de fato a inclusão, há uma falta de preparação para utilização de recursos pedagógicos como o braile, libras e experiências em relação à sala de recursos, mas algumas apresentam cuidadores, psicólogo para esse público. A inclusão é uma maneira de socializar e educar esse público, de maneira a ser aceita e valorizada as diferenças e a diversidade, levando em conta que é o primeiro passo para se fazer parte de um processo realmente inclusivo, visando uma escola de qualidade, beneficiando tanto os professores como os alunos e a sociedade de modo geral.

Referências

BELTRAME, Thaís Silva, RIBEIRO, Joyce. Atitudes de graduandos em Educação Física do CEFID em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v.15, n.2, p.17-22, março, 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

MARTINS, M.F. Inclusão: **Um olhar sobre as atitudes e práticas dos professores**. São Paulo, 2005. 22-31. Tese de Mestrado inédita, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto Alegre. 2005.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta**. 2006. 125p. Tese (Doutorado- Programa de Pós –Graduação em psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Graciele Massoli et al. Demarcações sociais e as relações didáticas na escola: considerações acerca da inclusão. **Revista Brasileira Ciência Esporte**, Campinas, v.25, n.3, p.43-56, maio, 2004.